



GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Av. Salgado Filho, 2120, Loja 20, Centro, Guarulhos/SP, CEP: 07.115-000

CNPJ: 61.637.240/0001-96

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2026.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria;

A Diretoria da **GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

ALESSANDRO DE
LIMA:160493988
52

Assinado de forma digital
por ALESSANDRO DE
LIMA:16049398852
Dados: 2026.08.28 15:01:03
+03'00'

Alessandro de Lima
Diretor Operacional

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, ALESSANDRO DE LIMA , assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2026

ALESSANDRO DE LIMA:16049398852
52

Assinado de forma digital por ALESSANDRO DE LIMA:16049398852
Dados: 2026.08.28 15:01:24 -03'00'

Alessandro de Lima
Diretor Operacional

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: **GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre e exercício findos em 30 de junho de 2026. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 61.637.240/0001-96

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 JUNHO DE 2026

BALANÇO PATRIMONIAL							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	30/06/2026	31/12/2025		NE	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		8.425	3.251	CIRCULANTE		35	5
Disponibilidades	5	1	116	Depósitos		-	-
Disponibilidades		1	116				
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	6	5.066	507	Outras obrigações	9	35	5
Renda fixa		297	-	Cobrança e arrec. De tributos			3
Cotas fundos investimento		1.755	-	Fiscais e previdenciárias		23	2
Vinculado ao Banco Central		3.014	507	Diversas		12	-
Operações de crédito	7	3.349	2.601	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	8.390	3.246
Operações de crédito		3.819	2.654	Capital Social		8.500	3.500
(-) Provisão Risco Crédito		391	50	Capital		8.500	3.500
(-) RD TJEO		14	3	Lucros/Prejuízos acumulados		(110)	(254)
(-) Provisão Adicional		65	-				
Outros créditos	8	9	27				
Impostos e Contribuições a Compensar		9	27				
NÃO CIRCULANTE		-	-				
Imobilizado		-	-				
TOTAL DO ATIVO		8.425	3.251	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		8.425	3.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 61.637.240/0001-96

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NE	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		496	-
Operações de crédito		322	-
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		174	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(13)	-
Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(13)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		483	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(301)	-
Outras despesas administrativas		(260)	-
Despesas tributárias		(49)	-
Outras Receitas Operacionais		9	-
Outras despesas operacionais		(2)	-
RESULTADO OPERACIONAL		182	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		182	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(37)	-
Provisão para imposto de renda		(22)	-
Provisão para contribuição social		(15)	-
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		144	-
Lucro (Prejuízo) por ação		0,02	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 61.637.240/0001-96

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
<i>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>		
	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	144	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	144	-
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>		

GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 61.637.240/0001-96

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 31 de dezembro 2025	3.500	-	-	(254)	3.246
1 - Ajustes de Períodos Anteriores		-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	5.000	-	-	-	5.000
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	144	144
Saldos em 30 de junho 2026	8.500	-	-	(110)	8.390
Mutações do Exercício	5.000	-	-	144	5.144

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais		
Saldos em 31 de dezembro 2024	-	-	-	-	-
1 - Ajustes de Períodos Anteriores		-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho 2025	3.500	-	-	(254)	3.246
Mutações do Exercício	3.500	-	-	(254)	3.246

GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 61.637.240/0001-96

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA — MÉTODO INDIRETO

Demonstrações de Fluxo de Caixa - Método Indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2020 | Valores em R: mil

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	144	-
Ajustes ao lucro líquido	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	21	
Variação de ativos e obrigações		
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(4.559)	-
(Aumento) em operações de crédito, líquidas	(769)	-
Redução em outros créditos	18	-
Aumento em outras obrigações	30	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.115)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido das atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	5.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	5.000	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(115)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	116	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ nº 61.637.240/0001-96
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a serem permitidas por essas mesmas autoridades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo Banco Central do Brasil. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em reais mil. A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 20 de agosto de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS QUE SERÃO ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, serão reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez serão registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos nas normas vigentes.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos nas normas vigentes.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 RES. 4966**a. Introdução**

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b. Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c. Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d. Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e. Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f. Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g. Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h. Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i. Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. DISPONIBILIDADES

Os valores registrados em Disponibilidades seguem a seguinte composição:

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1	116
Depósitos bancários	1	116

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores registrados em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	30/06/2026	31/12/2025
Títulos e valores mobiliários	5.066	507
Renda fixa	297	-
Cotas de fundos de investimento	1.755	-
Vinculados ao Banco Central	3.014	507

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte:

Operações de crédito	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Saldo contratual	3.819	-	3.819	2.654	-	2.654
(-) Rendas a apropriar	(391)	-	(391)	(50)	-	(50)
(-) Rendas diferidas de tarifas	(14)	-	(14)	(3)	-	(3)
(-) Provisão adicional	(65)	-	(65)	-	-	-
Saldo contábil líquido	3.349	-	3.349	2.601	-	2.601

b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Composição líquida da carteira de operações de crédito	3.349	2.601
Empréstimos	3.349	2.601
Capital de giro	3.349	2.601

7.1 QUALIDADE E CONCENTRAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2026, a carteira de crédito apresentava saldo bruto de R\$ 3.820 mil e saldo líquido de R\$ 3.350 mil, após a dedução das rendas a apropriar, tarifas diferidas e provisão adicional.

Indicador de risco	Valor	Participação
Saldo em curva — carteira C4	3.414	100,0%
Operações com atraso de até 8 dias	308	9,0%
Ativos problemáticos	—	0,0%
Provisão adicional	65	1,9%
Maior exposição individual	1.026	30,1%
Três maiores exposições	2.220	65,0%

A totalidade da carteira estava classificada como C4, composta por ativos não problemáticos na faixa de 0 a 14 dias de atraso. Três das dez operações apresentavam atraso efetivo, limitado a oito dias. Embora não houvesse ativos problemáticos, a concentração das três maiores exposições, correspondente a 65,0% da carteira, requer acompanhamento contínuo.

8. OUTROS CRÉDITOS

Os valores registrados em Outros Créditos seguem a seguinte composição:

Outros créditos	30/06/2026	31/12/2025
Outros créditos	9	27
Impostos e contribuições a compensar	9	27
Devedores diversos	-	-

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os valores registrados em Outras Obrigações seguem a seguinte composição:

Outras obrigações	30/06/2026	31/12/2025
Outras obrigações	35	5
Cobrança e arrecadação de tributos	-	3
Fiscais e previdenciárias	23	2
Diversas	12	-

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em reais

Capital Social

O capital social integralizado no período é de R\$ 8.500 mil.

Prejuízos Acumulados

A instituição permanece com o prejuízo acumulado de R\$ 110 mil.

11. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de "funding" da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo Banco Central do Brasil, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

12. LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basileia) * valores expressos em reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 111,84% ficando seu Patrimônio de Referência (PRS5) no fim de junho de 2026 em R\$ 5.389.717,21.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 30/06/2026 foi autorizada pelos sócios da GO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 20/08/2026.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

GO SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A

Guarulhos-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **GO Sociedade de Crédito Direto S.A** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GO Sociedade de Crédito Direto S.A em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Pinhais, 27 de agosto de 2026.



Ronskoski Auditores Independentes S/S
CRC – PR N° 011842/O-5
CVM N° 13200

Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR N° 044.768/O-3